

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas nas NCP.

As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, contudo estão incluídas no documento, com a menção "Não Aplicável".

Adoção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública - SNC-AP – Divulgação transitória

Em 01 de janeiro de 2020, tanto o Município de Castelo Branco (entidade consolidante) como os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (entidade consolidada) transitaram para o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº195/2015, de 11 de setembro.

A entidade consolidada Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A., manteve em 2023 o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A entidade consolidada CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro - Alimentar de Castelo Branco, procedeu aos registos contabilísticos, em 2023, com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística – Entidades do Setor não Lucrativo - SNC – ESNL, no entanto pelo facto de estar obrigada à adoção do SNC-AP, por ter sido reclassificada pelo INE, a entidade procedeu, com as limitações descritas nas suas contas individuais à conversão das suas contas para SNC-AP, ainda sem poder aplicar a parte da contabilidade orçamental.

As demonstrações financeiras consolidadas de 2023 foram preparadas em conformidade com o referido referencial contabilístico SNC-AP, tendo sido respeitados os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do grupo público do Município de Castelo Branco, das alterações à sua posição financeira, do seu desempenho financeiro e dos seus fluxos de caixa.



1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Identificação da entidade, período de relato

Entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação

Entidades a consolidar		Tipo de Entidade	Morada	Participação
Denominação	N.I.P.C.			%
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	100,00%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal, 6000-458 Castelo Branco	100,00%
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	94,00%



Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Participação
Denominação	N.I.P.C.			%
Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.	504475606	EM / SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11, 2740-120 Porto Salvo	0,77%
Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, Herdade da Marrás, 7480-352 Figueira e Barros	6,00%
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/c, 1400-195 Lisboa	0,19%



Período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas correspondem ao ano 2023.



Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, prevista no SNC-AP, que estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas de um grupo público com vista a apresentar a sua situação financeira, o desempenho e os fluxos de caixa como de uma única entidade se tratasse.

Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis com as do ano anterior, dado que o perímetro de consolidação se mantém em relação a 2022.

Valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 todos os saldos de caixa e seus equivalentes estavam disponíveis para uso.

Desagregação de caixa e seus equivalentes

Conta	2023	2022
Caixa	20 540,50 €	16 669,10 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	19 916 033,79 €	28 944 651,85 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	98 252 927,77 €	92 702 884,19 €
Depósitos consignados		
Total	118 189 502,06 €	121 664 205,14 €

Para efeitos de Consolidação dos Fluxos de Caixa só foram anulados os movimentos de tesouraria entre as entidades que se verificaram efetivamente no exercício de 2023, ou seja, os movimentos por bancos e/ou caixa derivados de recebimentos ou pagamentos, considerando todos os outros valores de recebimentos e pagamentos a 100%.

Relativamente ao ano 2023, foram anulados 28.851,69€ correspondente ao pagamento de faturas de consumo de água pela Câmara, mas não refletido no exercício de 2023 nos SMCB, pois só foi recebido em 2024 nas suas contas bancárias.

O valor dos saldos de caixa e seus equivalentes constante no Balanço consolidado difere do saldo orçamental constante da demonstração consolidada do desempenho orçamental, dado que no perímetro de consolidação orçamental está apenas incluída a Entidade consolidante e os Serviços Municipalizados.

Ainda não foi possível consolidar orçamentalmente com a CATAA, pois apesar de estar obrigada ao SNC-AP, ainda não o tem devidamente implementado.

A empresa municipal Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA, aplica o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não se enquadra na Norma de Contabilidade Pública 26, não tendo por esse motivo a obrigatoriedade de elaborar as referidas demonstrações orçamentais.

O Balanço consolidado apresenta um valor de 118.189.502,06€ e a Demonstração do desempenho orçamental apresenta o valor de 117.434.231,85€, conforme se discrimina no quadro abaixo:

Entidade	Tipo	Balanço Consolidado			Demonstração Desempenho Orçamental
		Caixa e Depósitos à Ordem	Depósitos a prazo	Total	
CMCB	Entidade Consolidante	15 313 888,53 €	27 702 927,77 €	43 016 816,30 €	44 139 563,95 €
SMCB	Entidade Consolidada	3 946 267,24 €	70 500 000,00 €	74 446 267,24 €	73 323 519,59 €
SubTotal		19 260 155,77 €	98 202 927,77 €	117 463 083,54 €	117 463 083,54 €
Albigeç *	Entidade Consolidada	593 961,82 €	50 000,00 €	643 961,82 €	0,00 €
Cataa *	Entidade Consolidada	82 456,70 €	0,00 €	82 456,70 €	0,00 €
SubTotal		676 418,52 €	50 000,00 €	726 418,52 €	0,00 €
Total		19 936 574,29 €	98 252 927,77 €	118 189 502,06 €	117 463 083,54 €

* Estas entidades não integram o perímetro da contabilidade orçamental

2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta na aplicação do MEP, pelo que a mesma se encontra ajustada em função dos capitais próprios das participadas.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar (CC2).

As depreciações e amortizações das entidades incluídas na consolidação que aplicam o SNC-AP são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As depreciações e amortizações das entidades incluídas na consolidação que aplicam o SNC/SNC-ESNL, foram calculadas pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Não foi efetuada a conversão das vidas úteis dos bens das entidades SNC/SNC-ESNL para SNC-AP, pois além de ter existido uma aproximação das vidas úteis com a adoção do SNC-AP, o impacto de tal conversão estima-se reduzido e com muito pouco impacto na leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, não justificando, desta forma, o seu apuramento.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas pelo mesmo valor, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração inicial de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. O consumo de inventários implica o reconhecimento no custo das mercadorias vendidas e consumidas, tendo como base o critério valorimétrico do inventário.

Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal. A eventual existência de descobertos bancários é incluída na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no passivo corrente.

Provisões

As Entidades analisam com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato são calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

Financiamentos obtidos

As dívidas a pagar relativas a financiamentos obtidos encontram-se reconhecidas pelo justo valor, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores encontram-se reconhecidos pelo método do custo, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

Rédito e regime de acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na norma, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.



Rendimentos e gastos

Podem ter origem em transações com contraprestação, ou sem contraprestação, ou em outros eventos, como sejam, alterações de preços, oscilações (não realizadas), positivas ou negativas, nos valores de ativos e ou passivos, a realização de ativos através da sua depreciação ou amortização e a erosão do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros através da ocorrência de situações de imparidade.

Os rendimentos e os gastos podem surgir de transações individuais ou grupos de transações.

Resultados do período

Correspondem à diferença entre rendimentos e gastos relatados na demonstração dos resultados.





3 — Ativos intangíveis

Ativos intangíveis consolidados
Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

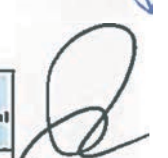
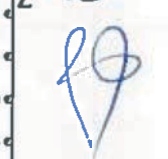


RUBRICAS	Conta	Início do período				Final do período				
		44	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4) = (1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8) = (5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440					0,00 €				0,00 €
Goodwill	441					0,00 €				0,00 €
Projetos de desenvolvimento	442					0,00 €	2 952,00 €	164,00 €		2 788,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	443		1 273 795,54 €	1 038 074,95 €		234 720,59 €	1 590 692,93 €	1 233 202,97 €	63,11 €	357 428,85 €
Propriedade industrial e intelectual	444					0,00 €				0,00 €
Outros	446		223 904,30 €	185 318,73 €		38 585,57 €	223 904,30 €	198 548,13 €		25 356,17 €
Ativos intangíveis em curso	454		120 932,37 €			120 932,37 €	117 857,37 €			117 857,37 €
TOTAL			1 618 632,21 €	1 224 393,68 €	0,00 €	394 238,53 €	1 935 406,50 €	1 431 816,10 €	63,11 €	503 428,39 €





Ativos intangíveis consolidados
Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Conta	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final	
			Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440										- €
Goodwill	441										- €
Projetos de desenvolvimento	442		2 952,00 €					164,00 €			2 788,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	443	234 720,59 €	345 206,97 €	3 075,00 €				194 571,13 €	31 094,58 €		357 428,85 €
Propriedade industrial e intelectual	444										- €
Outros	446	38 585,57 €						13 229,40 €			25 356,17 €
Ativos intangíveis em curso	454	120 932,37 €		- 3 075,00 €							117 857,37 €
TOTAL		394 238,53 €	348 248,97 €	- €	- €	- €	- €	207 964,53 €	31 094,58 €		503 428,39 €

Ativos intangíveis consolidados
Adições

RUBRICAS	Costa SNC-AP	Adições										
	44	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Exprop.	Doação	Doação em Pagamento	Locação Financ.	Fuste	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440											- €
Goodwill	441											- €
Projetos de desenvolvimento	442		2 952,00 €									2 952,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	443		265 100,52 €								80 196,45 €	345 296,97 €
Propriedade industrial e intelectual	444											- €
Outros	446											- €
Ativos intangíveis em curso	454											- €
TOTAL		- €	268 052,52 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	80 196,45 €	348 248,97 €

Os ativos intangíveis nas entidades SNC/SNC-ESNL tem valor líquido muito reduzido (42,09€), pelo que não foi efetuado procedimentos de conversão das respetivas vidas úteis para SNC-AP.

As diminuições registadas de 31.094,58€ resultam integralmente de abates em Programas de Computador e Sistemas de Informação na entidade consolidante SMCB.

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

(Transcrição das notas incluídas nas contas individuais)

Município de Castelo Branco

4.1 — Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

(a) Uma descrição do acordo;

(b) Os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, tempestividade, e certeza dos futuros fluxos de caixa (nomeadamente, o período da concessão, as datas de reapreçamento, e a base sobre a qual é determinado o reapreçamento ou a renegociação);

(c) A natureza e extensão (nomeadamente, quantidade, período de tempo, ou quantia, como apropriado) de:

- I. Direitos de usar ativos especificados;
- II. Direitos de esperar que o concessionário preste serviços especificados em relação ao acordo de concessão de serviços;

- III. Ativos de concessão de serviços reconhecidos como ativos durante o período de relato, incluindo ativos existentes do concedente reclassificados como ativos da concessão de serviços;
- IV. Direitos de receber ativos especificados no final do acordo de concessão de serviços;

O valor dos ativos da concessão da E-Redes na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização) é o seguinte:

31/12/2020 – 5.406.393 euros

31/12/2021 – 5.760.615 euros

31/12/2022 – 7.123.003 euros

31/12/2023 – 7.364.119 euros

Entendemos que os valores de resgate/indemnização apurados pela E-Redes, segundo a análise prévia efetuada, apenas serão aplicáveis no caso de resgate antecipado da concessão (ver situação mais detalhada no ponto 4.2).

- I. Opções de reforma e de cessação;
- II. Outros direitos e obrigações (nomeadamente, principais ativos de concessão de serviços e gerais);
- III. Obrigações de proporcionar ao concessionário o acesso aos ativos de concessão de serviços ou outros ativos geradores de rendimento;

d) Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato.

Não Aplicável.

4.2 — Estas divulgações são apresentadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços significativo ou em agregado para cada classe de acordos de concessão de serviços.

Tal como vem sendo referido nos anos anteriores, esta é uma temática *complexa*, sendo por vezes difícil obter informações suficientes, para poder proceder aos registos previstos na NCP4, ou até se a mesma é aplicável.

Quase sempre, quando obtida informação, o tratamento a dar tem de ser analisado caso, a caso. Desta forma, e terminando o prazo para a adoção do SNC-AP, em termos de matérias complexas, em 31/12/2022, considerou-se que, apesar de se terem adotado alguns pressupostos, seria pertinente o registo desde logo em 2022, pelo menos das concessões mais relevantes que o Município tem. Desta forma o ano de 2023 é já comparável com o de 2022.

Neste âmbito surge a concessão da E-Redes, entidade que apesar de não disponibilizar toda informação da forma que seria ideal, já permite, mediante alguns pressupostos, dar tratamento à mesma. De referir que caso de futuro venha a ser disponibilizada mais informação, ou venham a existir entendimentos diferentes acerca da forma de tratar/registar a informação, o Município procederá em consonância.

O Município continuará alerta para os desenvolvimentos desta temática e continuará a analisar o assunto e a tentar identificar outras potenciais situações em que a NCP4 deva de ser aplicada.

As situações de potenciais acordos de concessão que existem atualmente constituem apenas uma e que elencamos a seguir:

Quadro 6 - Acordos de concessão

Acordos de Concessão	Concessionário	Natureza da concessão	Período da concessão	Valor do contrato anual
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Concelho de Castelo Branco	E-Redes Distribuição de Eletricidade, S.A.	Contrato de Concessão de Serviço Público	20 anos	2 967 454,68 €

E-Redes – Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Na sequência da solicitação à E-Redes, foram recebidos os dados abaixo indicados, relativos ao ano de 2023, contudo não foi possível ao Município efetuar qualquer conferência dos montantes comunicados nem identificado o final da concessão.

“Quanto à informação de 2023, informamos que esta informação está a ser preparada e será disponibilizada na área acima referida após conclusão do processo de certificação das contas reguladas da E-REDES, previsivelmente até ao final do mês de maio do ano corrente.

À semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, caso prefiram utilizar informação ainda provisória e não auditada, enviamos os seguintes dados em formato simplificado, os quais poderão ser diferentes dos valores finais a reportar:”

Quadro 7 - Ativos fixos da concessão

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	55 343 757,59 €	- 43 087 698,11 €	12 256 059,48 €
Postos Transformação e Seccionamento	16 212 982,40 €	- 12 747 949,97 €	3 465 032,43 €
Redes aéreas	12 209 668,27 €	- 9 555 918,40 €	2 653 749,87 €
Redes subterrâneas	7 559 833,43 €	- 5 949 572,62 €	1 610 260,81 €
Chegadas aéreas	3 172 807,32 €	- 2 747 022,56 €	425 784,76 €
Chegadas subterrâneas	3 327 100,98 €	- 2 686 864,81 €	640 236,17 €
Contadores e acessórios	3 876 870,76 €	- 3 725 403,40 €	151 467,36 €
Iluminação pública	7 254 299,11 €	- 4 840 290,48 €	2 414 008,63 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	1 730 195,32 €	- 834 675,87 €	895 519,45 €
Subsídios ao investimento	- 16 311 582,33 €	12 343 611,13 €	- 3 967 971,20 €
Postos Transformação e Seccionamento	- 4 540 524,62 €	3 769 958,67 €	- 770 565,95 €
Redes aéreas	- 2 709 778,51 €	1 964 295,40 €	- 745 483,11 €
Redes subterrâneas	- 3 830 142,86 €	2 690 337,67 €	- 1 139 805,19 €
Chegadas aéreas	- 1 035 349,03 €	873 457,91 €	- 161 891,12 €
Chegadas subterrâneas	- 1 539 453,93 €	1 089 905,85 €	- 449 548,08 €
Contadores e acessórios	- 1 399,90 €	289,70 €	- 1 110,20 €
Iluminação pública	- 2 653 156,06 €	1 954 995,01 €	- 698 161,05 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	- 1 777,42 €	370,92 €	- 1 406,50 €
Total	39 032 175,26 €	- 30 744 086,98 €	8 288 088,28 €

"Informação de 2023, ainda provisória e não auditada"

Atendendo a que a NCP4 prevê o registo dos bens em concessão no concedente, e apesar de a informação prestada pela E-Redes não ser totalmente completa (não reportam o montante das depreciações do período), mas como envolve montantes expressivos, considerou-se como sendo relevante a continuação do seu registo tomando alguns pressupostos.

Analisada a concessão, à luz da NCP4 verifica-se que esta concessão é a do modelo de atribuição de um direito, ou seja, a de permitir, neste caso, à E-Redes explorar a distribuição de eletricidade de baixa tensão.

Este modelo, em termos muito simplificados, assenta na necessidade de registar no concedente (o Município) os bens da concessão, incluindo os edificados pelo concessionário, tendo por contrapartida o registo de um passivo, o qual refletirá o valor líquido dos bens da concessão. De referir, que numa eventual extinção ou resgate da concessão, é precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, de ser pago pelo Município à concessionária (situação prevista no contrato de concessão).

Tratando-se do segundo ano em que o Município procede ao registo da concessão, procedeu-se apenas à atualização do diferencial de registo entre os montantes já registados em 2022 e os dados provisórios de 2023 facultados pela E-Redes, já considerando o processamento das depreciações de 2023 e os montantes de subsídios ao investimento conexos.

Não informando a E-Redes o valor das depreciações do período, estimaram-se as mesmas, tendo por base os anos de vida útil reportados pela E-Redes, assim como informação do mapa definitivo de 2022, com a qual foi possível apurar o rácio de montante do ativo fixo bruto que ainda está a “gerar” depreciações e aplicar esse mesmo rácio aos valores provisórios de 2022.

Tratamento similar foi aplicada aos subsídios aos investimentos conexos.

Por fim é feito o reconhecimento na rubrica 72 de prestações de serviços do diferencial entre as depreciações e subsídios ao investimento, tornando estes registos neutros em termos de efeitos no resultado líquido do Município e permitindo que o valor da rubrica 2824 fique a refletir o valor líquido dos bens em 31/12/2023.

De seguida esquematiza-se a informação para facilitar a sua interpretação:

Quadro 8 - Acordos de Concessão - Reconhecimento inicial

Descrição	Situação Inicial (1)	Depreciações/ Reconhecimento rendimentos do período (2)	Outras variações no período (3)	Saldo final
Ativo Fixo Tangível (430x)				
Valores Brutos	56 226 993,36		-883 235,77	55 343 757,59
Depreciações acumuladas	-43 904 973,86	-1 254 392,27	2 071 668,02	-43 087 698,11
Subsídios ao Investimento (59)				
Valores Brutos	-15 787 818,95		-523 763,37	-16 311 582,33
Valores reconhecidos em rendimentos acumulados	11 888 816,35	499 549,48	-44 754,71	12 343 611,13
Valor Líquido dos bens	8 423 016,90	-754 842,79	619 914,17	8 288 088,28
2824 - Passivo da Concessão	-8 423 016,90	754 842,79	-619 914,17	-8 288 088,28

(1) - Situação relativa aos montantes transitados de 31/12/2022 e coincidentes com o mapa da E-Redes de 2022

(2) - Montantes estimados de depreciações e subsídios ao investimento do período, com a respetiva compensação do passivo da concessão registado em proveitos.

(3) - Coluna que reflete os ajustamentos necessários registar no património para ser possível refletir os novos valores reportados pela concessionária. É nesta coluna que se refletirá o impacto líquido das compras, alienações e abates ocorridos no ano de 2023 e registados pela E-Redes no seu sistema.

Além dos montantes já referidos, o Município recebe, e contabiliza as verbas no âmbito de rendas de concessão, que em 2023 ascenderam a 2.967.454,68€ e que são tratadas de acordo com a NCP13 – Rendimentos com contraprestação, tal como previsto no parágrafo 27 da NCP4.

Serviços Municipalizados de Castelo Branco

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

4.1 — Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

a) Uma descrição do acordo

Contrato	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração em Alta de Abastecimento de Água e Saneamento	Águas do Vale do Tejo, SA	Ativos em Alta de Abastecimento de Água e Saneamento	35 anos	31 022 287,80 €	31 022 287,80 €	€	€

Na sequência da legislação que criou o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento, o Município de Castelo Branco aderiu ao mesmo no ano de 2008.

Considerando a complexidade da matéria envolvida, a ausência de orientação técnica por parte das entidades competentes sobre a sua aplicação à concessão e a ausência da informação que seria necessária dispor para se aplicar a norma na sua plenitude poderá de futuro concluir-se que poderão ser necessários efetuar procedimentos com vista a uma melhor adequação à norma. É assumido o compromisso de posteriormente se aprofundar a interpretação nos anos seguintes.

O valor atualmente registado em proveitos diferidos e a reconhecer no futuro por conta desta concessão é de 16.988.396,58€. Este valor refere-se apenas às rendas de concessão, não contemplando a parte da indemnização.

É do conhecimento que tendencialmente a posição das entidades que compõem o Grupo Águas de Portugal (ADP) e onde se inclui a Águas do Vale do Tejo têm defende que têm um modelo de gestão delegada com o Estado Português.

Com os municípios (e aqui subentende-se que incluídos os serviços municipalizados), que abastecem em Alta apenas dispõem de contratos de abastecimento, conforme previsto no n.º 1 e n.º 2 do art.º 9º do Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho.

Como tal estas entidades têm considerado não existir qualquer acordo de concessão entre as partes, nem qualquer ativo usado para prestar serviços públicos num acordo de concessão de serviços, pelo que a entidade defende que a NCP 4, em regra, não deve ser aplicada.

Refira-se, no entanto, que o caso dos SMCB é um pouco mais complexo, estando como referido mais adiante, a correr processos judiciais, no sentido de contestar o não cumprimento do contrato que a entidade havia assinado com os SMCB. Assim no caso concreto dos SMCB a aplicabilidade da NCP4, ou não, carecerá sempre de análise específica em especial considerando o resultado dos processos em curso.

b) Os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, tempestividade, e certeza dos futuros fluxos de caixa (nomeadamente, o período da concessão, as datas de reapreçamento, e a base sobre a qual é determinado o reapreçamento ou a renegociação);

Ver quadro acima.

C) A natureza e extensão (nomeadamente, quantidade, período de tempo, ou quantia, como apropriado) de:

(i) Direitos de usar ativos especificados;

Foi transferido para o Sistema Multimunicipal as infraestruturas municipais de abastecimento de água e saneamento em "alta", nomeadamente:

No abastecimento de água:

- As barragens, as captações, as estações de tratamento, as redes de adução, as estações elevatórias e todos os reservatórios, pertencentes ao município.

No saneamento de águas residuais:

- As estações de tratamento de águas residuais pertencentes ao município.

(ii) Direitos de esperar que o concessionário preste serviços especificados em relação ao acordo de concessão de serviços;

O concessionário é responsável pela exploração e manutenção das infraestruturas acima descritas.

(iii) Ativos de concessão de serviços reconhecidos como ativos durante o período de relato, incluindo ativos existentes do concedente reclassificados como ativos da concessão de serviços;

Atualmente encontram-se em curso duas concessões de serviços em alta, designadamente:

- Concessão do serviço de captação e tratamento de água para abastecimento e do serviço de tratamento de águas residuais, à empresa Águas do Vale do Tejo, SA;
- Concessão do serviço seleção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, à empresa VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA.

Relativamente aos ativos afetos à concessão nos quadros infra identifica-se os respetivos valores acumulados e quantidade de ativos, por conta.

Águas do Vale do Tejo, SA

Conta Imob.	Descrição da Conta	Imobilizado bruto	Amortizações acumuladas	Imobilizado líquido	Quant.
43219	Outros minerais e reservas naturais	278.073,31€	0,00€	278.073,31€	22
43227	Saúdes	2.104.888,31€	804.850,24€	1.300.038,07€	2
43229	Edifícios e Outras Construções - Outros	8.588.908,22€	4.385.548,27€	4.203.359,95€	37
43235	Sistemas de Abastecimento Água	4.625.085,73€	4.617.052,01€	7.927,09€	70
4322	Eq. investida formação med. e uti. técn. Esp	2.668,97€	2.668,97€	0,00€	35
4330	Eq. e mater. p. serv. aliment. (copiar e lavand)	108,68€	108,68€	0,00€	2
4335	Eq. p. agricultura, pesca e jardinagem	877,29€	877,29€	0,00€	4
4337	Equipamento essencial de apoio à produção	300.701,91€	300.701,91€	0,00€	603
4338	Equipamento militar de segurança e defesa	6.254,93€	6.254,93€	0,00€	39
4342	Transportes rodoviários	6.733,77€	6.733,77€	0,00€	1
4349	Equipamento de Transporte - Outros	5.308,61€	5.308,61€	0,00€	2
4351	Equip. informático e de telecomunicações	76.197,77€	76.197,77€	0,00€	52
4353	Mobiliário de escritório e de arquivo	5.022,55€	5.022,55€	0,00€	236
4371	Equipamento de oficinas e reparações	820,69€	820,69€	0,00€	16
4372	Eq. de decoração e conforto, de util. comum	5.653,43€	5.653,43€	0,00€	177
4374	Eq. de acondicionamento de embalagens	4.987,98€	4.987,98€	0,00€	5
Total		15.993.078,95 €	10.162.131,78 €	5.830.947,17 €	1303

VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

Conta Imob.	Descrição da Conta	Imobilizado bruto	Amortizações acumuladas	Imobilizado líquido	Quant.
43030	Bens de Domínio Público - Outras Infraestruturas	5.652,43€	5.652,43€	0,00€	1
4337	Equip. Básico - Equip. e material de apoio à produção	180.264,00€	180.264,00€	0,00€	571
Total		185.916,43 €	185.916,43 €	0,00 €	572

(iv) Direitos de receber ativos especificados no final do acordo de concessão de serviços;

No final da concessão os bens retornarão à propriedade dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

(v) Opções de reforma e de cessação;

Ambas as partes acordaram que o incumprimento das cláusulas do contrato por qualquer das partes determinará a invocação da sua resolução com justa causa pela parte não inadimplente, nos termos gerais previstos no art.º 432 e seguintes do Código Civil.



(vi) **Outros direitos e obrigações (nomeadamente, principais ativos de concessão de serviços e gerais);**

Não aplicável.



(vii) **Obrigações de proporcionar ao concessionário o acesso aos ativos de concessão de serviços ou outros ativos geradores de rendimento; e**

Os concessionários têm o direito de aceder e gerir os bens afetos à cada uma das concessões, não tendo acesso a quaisquer outros ativos da concedente.



(d) **Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato.**

Não aplicável.



4.2 — Estas divulgações são apresentadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços significativo ou em agregado para cada classe de acordos de concessão de serviços.

A informação acima descrita respeita as características de cada acordo de concessão em vigor à data das demonstrações financeiras.



5 — Ativos fixos tangíveis

5.1 — Uma entidade deve divulgar, para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:

Ativos fixos tangíveis consolidados
Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Conta escrituras (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Conta escrituras (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terranos e recursos naturais	1 533 287,20 €	0,00 €		1 533 287,20 €	1 517 230,48 €			1 517 230,48 €
Edifícios e outras construções	19 890 189,88 €	9 407 112,99 €		10 483 076,89 €	19 806 032,82 €	10 481 544,14 €		9 324 488,68 €
Infraestruturas	209 625 932,98 €	179 620 420,25 €		30 005 512,73 €	219 546 417,73 €	144 529 880,82 €		75 016 536,91 €
Património histórico, artístico e cultural	1 348 630,43 €	220 147,93 €		1 128 482,50 €	1 423 270,43 €	238 883,18 €		1 184 387,25 €
Outros	212 952,07 €	48 281,35 €		164 670,72 €	230 184,91 €	83 428,84 €		146 756,07 €
Bens de domínio público em curso	1 674 227,18 €	0,00 €		1 674 227,18 €	14 942 216,38 €			14 942 216,38 €
	293 628 209,43 €	189 298 972,82 €	0,00 €	104 329 236,61 €	257 485 382,71 €	159 333 788,06 €	0,00 €	102 131 897,84 €
Ativos Fixos em conceção								
Terranos e recursos naturais	278 817,35 €	0,00 €		278 817,35 €	278 817,35 €			278 817,35 €
Edifícios e outras construções	10 863 820,33 €	4 808 827,31 €		6 054 993,02 €	10 863 820,33 €	5 119 733,23 €		5 544 087,10 €
Infraestruturas	4 630 930,28 €	4 568 278,39 €		62 651,89 €	59 874 698,85 €	47 710 700,29 €		12 203 998,56 €
Equipamento básico	500 805,68 €	500 805,68 €		0,00 €	500 805,68 €	500 805,68 €		0,00 €
Equipamento de transporte	12 042,38 €	12 042,38 €		0,00 €	500 805,68 €	500 805,68 €		0,00 €
Equipamento administrativo	81 202,33 €	81 202,33 €		0,00 €	12 042,38 €	12 042,38 €		0,00 €
Outros	11 462,15 €	11 462,15 €		0,00 €	81 202,33 €	81 202,33 €		0,00 €
	18 179 198,48 €	10 080 658,24 €	0,00 €	8 098 540,24 €	72 012 497,80 €	63 925 690,69 €	0,00 €	10 086 807,11 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terranos e recursos naturais	78 812 586,17 €			78 812 586,17 €	70 628 365,28 €		7 702 510,87 €	62 925 854,41 €
Edifícios e outras construções	195 010 083,82 €	59 630 821,15 €		135 379 262,67 €	198 197 837,59 €	84 223 836,91 €	67 541,10 €	133 908 459,58 €
Equipamento básico	8 992 900,08 €	7 488 347,34 €		1 504 552,74 €	10 008 868,07 €	8 112 131,31 €	1 028,68 €	1 896 736,76 €
Equipamento de transporte	4 168 438,28 €	3 247 718,51 €		920 719,77 €	4 872 188,57 €	3 543 388,99 €		1 328 799,58 €
Equipamento administrativo	6 148 739,79 €	5 977 088,37 €		171 651,42 €	6 209 219,08 €	5 826 018,99 €	-4 875,18 €	388 674,23 €
Equipamentos biológicos				0,00 €				0,00 €
Outros	2 310 058,29 €	1 848 563,21 €		461 495,08 €	2 350 412,41 €	202 4 198,73 €	3 780,48 €	328 832,21 €
Ativos fixos tangíveis em curso	23 083 960,53 €			23 083 960,53 €	8 619 618,20 €			8 619 618,20 €
	316 624 748,78 €	78 181 638,58 €	0,00 €	238 443 207,18 €	308 684 798,30 €	63 729 971,93 €	7 789 948,08 €	209 346 630,29 €
TOTAL	628 332 180,67 €	277 478 299,34 €	0,00 €	350 853 941,33 €	630 364 632,61 €	252 989 317,58 €	7 799 948,08 €	329 606 334,68 €



Ativos fixos tangíveis consolidados
Quantia escriturada e variação do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	1 033 287,20 €	471 433,28 €	12 530,00 €						1 517 250,48 €
Edifícios e outras construções	10 283 085,09 €	95 451,25 €	20 382,59 €				1 069 845,06 €	4 586,00 €	9 324 488,88 €
Infraestruturas	77 686 493,21 €	471 067,06 €	6 015 995,53 €				9 072 462,62 €	84 526,87 €	75 016 528,91 €
Património histórico, artístico e cultural	1 168 482,50 €	34 840,00 €					18 745,23 €		1 184 377,27 €
Outros	164 651,32 €	17 232,24 €					35 135,59 €		146 737,97 €
Bens de domínio público em curso	15 435 781,31 €	5 558 580,78 €	-5 968 306,77 €					83 818,00 €	14 942 216,36 €
Ativos fixos em concessão									0,00 €
Terrenos e recursos naturais	278 817,35 €								278 817,35 €
Edifícios e outras construções	5 735 019,02 €						210 025,92 €		5 544 093,10 €
Infraestruturas	12 386 680,37 €	2 729 504,21 €					1 311 116,06 €	1 541 071,06 €	12 263 996,56 €
Equipamento básico									0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso									0,00 €
	124 192 268,27 €	9 377 908,40 €	80 961,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 716 230,46 €	1 714 003,88 €	120 218 904,69 €
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	76 812 568,17 €	696 900,42 €	-84 780,57 €			7 702 510,97 €		6 796 320,74 €	82 025 858,31 €
Edifícios e outras construções	135 179 252,47 €	1 629 407,95 €	2 268 708,37 €				4 884 501,52 €	266 417,89 €	133 906 458,58 €
Equipamento básico	1 496 552,74 €	783 449,70 €	377 885,44 €				575 705,52 €	186 373,28 €	1 895 809,08 €
Equipamento de transporte	918 720,77 €	711 069,52 €					299 007,37 €	2 003,34 €	1 328 778,59 €
Equipamento administrativo	571 651,42 €	135 157,77 €					295 549,43 €	23 185,53 €	388 074,23 €
Equipamentos biológicos									0,00 €
Outros	360 493,06 €	75 787,32 €	0,00 €				113 573,17 €	672,02 €	322 035,21 €
Ativos fixos tangíveis em curso	9 322 426,41 €	2 388 314,27 €	-2 642 374,59 €				0,00 €	446 547,79 €	9 619 816,30 €
	324 661 873,06 €	6 418 086,95 €	-80 561,35 €	0,00 €	0,00 €	7 702 510,97 €	6 168 337,01 €	7 741 820,39 €	309 386 830,29 €
TOTAL	348 833 841,33 €	15 795 994,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 702 510,97 €	17 884 567,47 €	9 455 824,27 €	329 805 334,95 €



Ativos fixos tangíveis consolidados
Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compras	Doação	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Doação em Pagamento	Locação financeira	Perda, dolo e reavaliação	Outros	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terras e recursos naturais		470 534,70 €		890,56 €							471 425,26 €
Edifícios e outras construções		85 451,25 €									85 451,25 €
Infraestruturas		185 568,00 €							275 489,80 €		471 057,80 €
Património histórico, artístico e cultural	9 000,00 €	25 640,00 €									34 640,00 €
Outros		17 232,24 €									17 232,24 €
Bens de domínio público em curso		8 858 580,78 €									8 858 580,78 €
Ativos fixos em concessão											
Terras e recursos naturais											0,00 €
Edifícios e outras construções											0,00 €
Infraestruturas									2 729 504,21 €		2 729 504,21 €
Património histórico, artístico e cultural											0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso											0,00 €
	9 000,00 €	8 363 007,83 €	0,00 €	890,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 005 003,81 €	8 377 900,40 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terras e recursos naturais	77 797,23 €	523 020,38 €		90 074,65 €		0,16 €					690 906,42 €
Edifícios e outras construções	218 000,00 €	881 155,14 €		211 412,67 €					320 840,14 €		1 629 407,94 €
Equipamento básico		708 646,97 €							73 932,73 €		782 579,70 €
Equipamento de transporte		711 069,51 €									711 069,52 €
Equipamento administrativo		125 157,77 €									125 157,77 €
Equipamentos biológicos		0,00 €									0,00 €
Outros		75 797,32 €									75 797,32 €
Ativos fixos tangíveis em curso		2 388 314,27 €									2 388 314,27 €
	295 797,23 €	8 422 106,37 €	0,00 €	207 487,32 €	0,00 €	0,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	394 842,87 €	8 418 006,96 €
TOTAL	382 797,23 €	11 785 164,09 €	0,00 €	208 388,88 €	0,00 €	0,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 299 846,68 €	15 796 096,38 €

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Ativos fixos tangíveis consolidados
 Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						0,00 €
Edifícios e outras construções					-4 586,09 €	-4 586,09 €
Infraestruturas					-84 526,87 €	-84 526,87 €
Património histórico, artístico e cultural						0,00 €
Outros						0,00 €
Bens de domínio público em curso					-83 818,98 €	-83 818,98 €
Ativos fixos em concessão						0,00 €
Terrenos e recursos naturais						0,00 €
Edifícios e outras construções						0,00 €
Infraestruturas					-1 541 071,98 €	-1 541 071,98 €
Património histórico, artístico e cultural						0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso						0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 714 003,88 €	-1 714 003,88 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-378 497,24 €				-8 417 823,50 €	-8 796 320,74 €
Edifícios e outras construções					-286 417,89 €	-286 417,89 €
Equipamento básico					-188 373,28 €	-188 373,28 €
Equipamento de transporte					-2 003,34 €	-2 003,34 €
Equipamento administrativo					-23 185,53 €	-23 185,53 €
Equipamentos biológicos						0,00 €
Outros					-872,02 €	-872,02 €
Ativos fixos tangíveis em curso					-446 547,79 €	-446 547,79 €
	-378 497,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 363 023,15 €	-7 741 520,39 €
TOTAL	-378 497,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-8 077 027,03 €	-8 455 524,27 €

Como já foi referido, não foi efetuada a conversão das vidas úteis dos bens das entidades SNC/SNC-ESNL para SNC-AP, pois além de ter existido uma aproximação das vidas úteis com a adoção do SNC-AP, o impacto de tal conversão estima-se reduzido e com muito pouco impacto na leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, não justificando, desta forma, o seu apuramento.

Handwritten signature

6 — Locações

Não Aplicável.

7 — Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada para os custos de empréstimos obtidos, valor de custos capitalizados e taxa de capitalização usada

Todos os gastos incorridos com os empréstimos obtidos foram reconhecidos como gastos no exercício.

Apenas a entidade consolidante apresenta valor na rubrica de empréstimos obtidos, e este Município optou por não capitalizar os gastos incorridos com os empréstimos obtidos.

Handwritten signature

Handwritten signature

Total de gastos do exercício com empréstimos obtidos

Município	SMCB	Albigec	CATAA	TOTAL
42 053,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	42 053,08 €
42 053,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	42 053,08 €

Handwritten signature

Importa ainda referir que as rubricas de financiamento obtidos do Balanço Consolidado incluem a informação dos empréstimos bancários.

Handwritten signature

Total da dívida consolidada de empréstimos obtidos

Designação	Município	SMCB	Albigec	CATAA	TOTAL
Empréstimos bancários					
Passivo Não Corrente	824 173,25 €				824 173,25 €
Passivo Corrente	494 417,40 €				494 417,40 €
Subvenções e Subsídios reembolsáveis					
Passivo Não Corrente					0,00 €
Passivo Corrente					0,00 €
TOTAL	1 318 590,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 318 590,65 €

Handwritten signature

Handwritten signature

8 — Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento refere-se apenas à entidade consolidante, uma vez que as entidades consolidadas não apresentam este tipo de investimento.

O Município de Castelo Branco adota o modelo do custo relativamente às suas Propriedades de Investimento.

Nos termos da NCP 8, "Propriedade de investimento" é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas, que não sejam rendas sociais, ou para valorização do capital, ou ambos, e que não seja para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para vender no decurso normal das operações.

Nos termos das definições referidas, a classificação em propriedade de investimento resulta sempre do fim principal a que se destina o ativo correspondente, pelo que a existência de rendas não significa que o ativo correspondente tenha esse único fim.

O método de depreciação utilizado foi o método da linha reta e as vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas são as definidas de acordo com o Classificador Complementar.

Propriedades de investimento consolidadas
Quantia escriturada e variações do período

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Depreciações do período (5)	Perdas por imparidade (6)	Reversões de perdas por imparidade (7)	Diferença cambial (8)	Diminuições (9)	
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público									
Terrenos e recursos naturais	1 569 920,40 €								1 569 920,40 €
Edifícios e outras construções	11 810 787,75 €			291 851,48 €					11 519 136,27 €
Outras propriedades de investimento									
Propriedades de investimento em curso									
Total	13 380 708,15 €	0,00 €	0,00 €	291 851,48 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	13 089 056,67 €

9 — Imparidade de ativos

O grupo público do Município de Castelo Branco tem reconhecidas perdas por imparidades relativas às seguintes rubricas:

- Município de Castelo Branco:
 - Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados;
 - Clientes, contribuintes e utentes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- Serviços Municipalizados de Castelo Branco:
 - Clientes, contribuintes e utentes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA:
 - Dívidas a receber de clientes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro - Alimentar de Castelo Branco:
 - Dívidas a receber de clientes.
 - Outras contas a receber e a pagar.

No caso do Município de Castelo Branco e dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, as imparidades reconhecidas correspondem a dívida com mais de seis meses, cuja previsão de cobrança é reduzida.

No que respeita à reversão de imparidades o valor corresponde à anulação de saldos de clientes considerados incobráveis.

A este respeito, também atendendo aos baixos montantes apresentados pelas entidades SNC/SNC-ESNL (Albigeç e CATAA), não foram harmonizados os períodos, pois estima-se num potencial impacto muito reduzido.

No que respeita à reversão de imparidades o valor corresponde à anulação de saldos de clientes considerados incobráveis.

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa consolidados

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão / Reforço de Imparidades	Movimentos de Consolidação	Quantia recuperável
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	206 918,86 €	9 916,63 €			197 000,23 €
Clientes, contribuintes e utentes	3 013 672,40 €	1 699 986,26 €	104 357,76 €	-187 357,05 €	1 230 686,85 €
Outras contas a receber e a pagar	5 895 958,57 €	112 035,14 €	12 034,12 €	-200 150,85 €	5 595 806,70 €
Ativos fixos tangíveis	283 335 338,37 €	7 702 510,97 €			275 632 827,40 €
Total	292 451 886,20 €	9 524 449,00 €	116 391,88 €	-387 507,90 €	282 656 321,18 €

Quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida

Classe Ativo	Descrição	Imparidade Reconhecida	Reversão de Imparidades
21	Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	104 357,76 €
27	Outras contas a receber e a pagar	0,00 €	12 034,22 €
43	Ativos Fixos Tangíveis	7 702 510,97 €	
Total		7 702 510,97 €	116 391,98 €

10 — Inventários

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada por uma entidade e detida para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade. Os inventários também incluem materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos por uma entidade, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico.

Os inventários devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido, exceto quando forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação, devendo ser mensurados pelo justo valor à data de aquisição.

Quando os inventários forem detidos para distribuir sem contrapartida ou com uma contrapartida simbólica, ou para consumir no processo de produção de bens para subseqüentemente distribuir sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o custo de reposição corrente.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais.

Quando os inventários são vendidos, trocados ou distribuídos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. Se não existir rendimento relacionado, o gasto é reconhecido quando os bens forem distribuídos ou o respetivo serviço for prestado. A quantia de qualquer abate de inventários, assim como todas as perdas de inventários, devem ser reconhecidas como um gasto no período em que ocorra o abate ou a perda. A reversão de qualquer abate de inventários é reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período em que a reversão ocorre.

Handwritten signature

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2023, custo médio ponderado.

Os quadros seguintes apresentam a informação sobre os valores de inventários e os movimentos do período.

Inventários – quantias escrituradas

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	765 176,47 €		765 176,47 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	719 575,83 €		719 575,83 €
Produtos acabados e intermédios	106 028,83 €		106 028,83 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00 €
Produtos e trabalhos em curso			0,00 €
Total	1 590 781,13 €	0,00 €	1 590 781,13 €

Handwritten signature

Inventários – movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	542 357,72 €	2 881 854,22 €	2 860 855,62 €				18 334,48 €	239 954,83 €	765 176,47 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	673 211,73 €	1 102 919,11 €	1 042 428,07 €				60 384,15 €	45 755,21 €	719 575,83 €
Produtos acabados e intermédios				106 028,83 €					106 028,83 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00 €
Produtos e trabalhos em curso									0,00 €
TOTAL	1 215 269,45 €	3 984 773,33 €	3 903 283,69 €	106 028,83 €	0,00 €	0,00 €	78 718,63 €	285 709,84 €	1 590 781,13 €

Handwritten signature



11 — Agricultura

Não Aplicável.

12 — Contratos de construção

Não Aplicável.



13 — Rendimento de transações com contraprestação

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento, métodos adotados para determinar a fase de acabamento das transações que envolvam a prestação de serviços, quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período e quantia de rendimento proveniente da troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de rendimento



Aos rendimentos de transações com contraprestação de 2023 foi aplicado o princípio da especialização de exercícios, sempre que se reuniram condições para tal.

O rendimento é reconhecido quando for possível que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.



Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Movimentos de consolidação	Montantes consolidados		Adiantamento a recebidos
		Resultados	Património líquido		Resultados	Património líquido	
70	Impostos, contribuições e taxas						
704	Taxas, multas e outras penalidades	811 748,57 €			811 748,57 €		
71	Vendas	3 067 511,58 €		-192 444,52 €	2 875 067,06 €		
72	Prestação de serviços	12 058 378,39 €		-557 404,94 €	11 500 973,45 €		
73	Variações nos inventários da produção	106 028,83 €			106 028,83 €		
74	Trabalhos para a própria entidade	72 627,80 €			72 627,80 €		
78	Outros rendimentos						
781	Rendimentos suplementares	868 070,03 €			868 070,03 €		
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €			0,00 €		
784	Ganhos em inventários	306 595,51 €			306 595,51 €		
786	Rendimentos nos restantes ativos financeiros	176,64 €			176,64 €		
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	4 340 411,76 €			4 340 411,76 €		
7881	Correções relativas a períodos anteriores	526 366,45 €			526 366,45 €		
7889	Outros não especificados	140 917,72 €		-2 955,25 €	137 962,47 €		
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 186 360,01 €		-69 655,15 €	1 116 694,86 €		
TOTAL		23 485 193,29 €	0,00 €	-822 469,86 €	22 662 723,43 €	0,00 €	0,00 €

14 — Rendimento de transações sem contraprestação

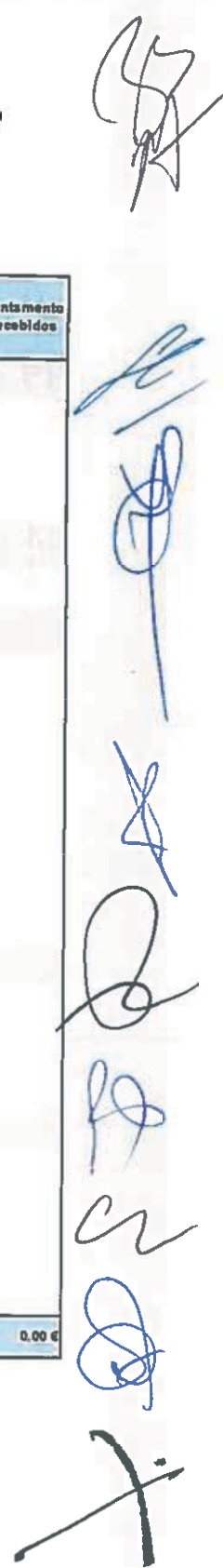
Quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período por classes principais evidenciando separadamente, os impostos e as transferências e políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento dos rendimentos referidos

Aos rendimentos de transações com contraprestação de 2023 foi aplicado o princípio da especialização de exercícios, sempre que se reuniram condições para tal.

Exceção feita aos montantes recebidos de Subsídios ao Investimento pela entidade consolidante do Fundo de Equilíbrio Financeiro – vertente de capital e n.º 3 do art.º 35 da Lei 73/2013, que são registados inicialmente no património líquido e que depois são reconhecidos, proporcionalmente, em proveitos do ano à medida em que os bens que estão imputados também são depreciados.

Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Movimentos de consolidação	Montantes consolidados		Adiantamento e recebidos
		Resultados	Património líquido		Resultados	Património líquido	
701	Impostos diretos						
70105	Imposto municipal sobre imóveis	6 560 949,00 €			6 560 949,00 €		
70106	Imposto unico de circulação	1 535 702,48 €			1 535 702,48 €		
70199	Outros	2 532,87 €			2 532,87 €		
702	Impostos indiretos						
70210	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2 813 041,45 €			2 813 041,45 €		
75	Transferências e subsídios correntes obtidos						
75111	Estado	23 618 579,32 €			23 618 579,32 €		
75115	Segurança Social	12 741,18 €			12 741,18 €		
75119	Outras entidades	1 930 935,96 €		-862 524,11 €	968 411,85 €		
7513	Famílias	0,00 €			0,00 €		
7514	Resto do mundo	95 624,78 €			95 624,78 €		
7519	Outras entidades	916,98 €			916,98 €		
752	Subsídios correntes	171 881,98 €			171 881,98 €		
76	Reversões						
761	De depreciações e de amortizações	65,89 €			65,89 €		
762	De perdas por imparidade	116 391,98 €			116 391,98 €		
763	De provisões	0,00 €			0,00 €		
78	Outros rendimentos						
785	Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	219 765,23 €		-150 100,08 €	69 665,15 €		
7880	Outros rendimentos do Estado	16 539,95 €			16 539,95 €		
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	7 043 300,17 €		-120 375,15 €	6 922 925,02 €		
7884	Ganhos em outros instrumentos financeiros	0,00 €			0,00 €		
TOTAL		44 138 969,22 €	0,00 €	-1 212 999,34 €	42 905 969,88 €	0,00 €	0,00 €



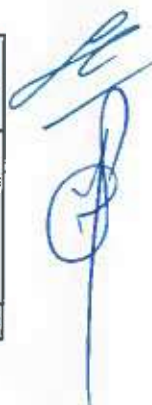


15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Quantia escriturada no início e no fim do período, aumentos e diminuições de provisões

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada Final (1)+(2)-(3)-(4)-(5)-(6)-(7)-(8)
		Reversões (2)	Aumentos da quantia do passivo contingente (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (2)+(3)+(4)	Utilizações (5)	Reversões (6)	Outros diminuições (7)	Total diminuições (5)+(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias e chertes										
Processos judiciais em curso	22 141 042,28 €	4 305 506,96 €			4 305 506,96 €		- €		- €	26 536 639,24 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Centros onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	22 141 042,28 €	4 305 506,96 €	- €	- €	4 305 506,96 €	- €	- €	- €	- €	26 536 639,24 €



16 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

17 — Acontecimentos após a data de relato

Autorização para emissão das contas e quem deu essa autorização

As demonstrações financeiras consolidadas reuniram condições para a sua emissão, após aprovadas as contas individuais da entidade consolidante e das entidades consolidadas.

Atualização das divulgações acerca de condições à data do balanço consolidado

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas consolidadas.

Divulgação de acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras

Considerando a incerteza relativamente à evolução da conjuntura económica e social torna-se impossível prever quais os efeitos financeiros para o Grupo Municipal no âmbito das suas funções sociais e económicas.





18 — Instrumentos financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros, quantia escriturada de cada uma das categorias, bases de determinação do justo valor

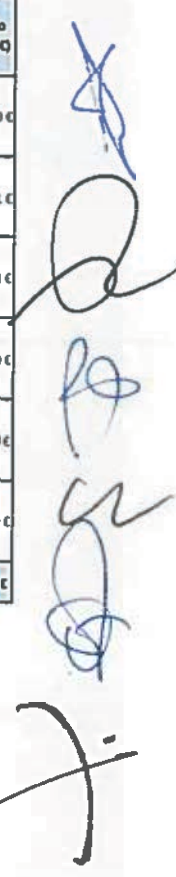
Relativamente à entidade consolidante, a participação financeira do Município de Castelo Branco, no capital social de outras entidades consta no quadro infra. As participações nas entidades consolidadas Serviços Municipalizados de Castelo Branco, Albigeç – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A. e CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco, estão mensuradas nas demonstrações individuais pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações consolidadas as referidas participações foram eliminadas.



As restantes participações estão mensuradas pelo método do custo.

Participações financeiras

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação			Valor escriturado no final de 2023 (€)
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	%	Valor nominal realizado (€)	
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%	22 066 789,09 €	50 309 420,69 €
Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM/ SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal, 6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%	50 000,00 €	698 377,31 €
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%	47 000,00 €	2 220 303,73 €
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.	504475606	EM/ SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11, 2740-120 Porto Salvo	3 236 678,67 €	24 950,00 €	0,77%	24 950,00 €	24 950,00 €
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, Herdade da Marrás, 7480-352 Figueira e Barros	10 000 000,00 €	599 719,00 €	6,00%	599 719,00 €	599 719,00 €
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Gregório Lopes, Lote 1514R/c, 1400-195 Lisboa	650 000 000,00 €	1 236 294,00 €	0,19%	1 236 294,00 €	1 236 294,00 €
Total								55 089 064,73 €



Investimentos financeiros consolidados

Rubricas	Quantia escritura da Inicial	Imparidades Iniciais	Variações				Movimentos de consolidação	Quantia escritura da final	
			Adições	Aplicação MEP contas Individuais	Amortizações	Reversões de perdas por imparidade			Diminuições
Investimentos em entidades controladas	0,00 €		0,01 €	-1 164 681,10 €			1 164 681,10 €	0,01 €	
Investimentos em entidades associadas	3 941 169,00 €							3 941 169,00 €	
Investimentos em empreendimentos conjuntos	0,00 €							0,00 €	
Investimentos noutras entidades	1 239 352,89 €		173,16 €					1 239 526,05 €	
Outros investimentos financeiros	12 999,73 €					2 860,54 €		10 139,19 €	
Total	5 193 521,82 €	0,00 €	173,17 €	-1 164 681,10 €	0,00 €	0,00 €	2 860,54 €	1 164 681,10 €	5 190 834,25 €

Movimentos ocorridos nas rubricas de património líquido consolidado

Rubricas		Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Movimentos de Consolidação	Saldo Final
51	Património / capital	62 817 956,48 €			-6 417 823,50 €	56 400 132,98 €
551	Reservas legais	7 069 534,63 €				7 069 534,63 €
552	Outras Reservas	0,00 €				0,00 €
561	Resultados transitados de períodos anteriores	286 882 581,62 €			-5 766 449,56 €	281 116 132,06 €
562	Regularizações	3 780 612,13 €	366 958,62 €	8 537 799,10 €		-4 390 228,35 €
564	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-5 123 828,78 €				-5 123 828,78 €
57	Ajustamentos em ativos financeiros	-27 543,22 €			27 543,22 €	0,00 €
59	Outras variações no património líquido	72 793 111,21 €	9 685 825,43 €	12 673 845,07 €	119 600,24 €	69 924 691,81 €
818	Resultado líquido do período	-5 440 292,64 €	4 003 087,89 €	6 615 169,74 €	1 429 661,51 €	-6 622 712,98 €
Interesses que não controlam		156 678,29 €				141 587,61 €
Total		422 908 809,72 €	14 055 871,94 €	27 826 813,91 €	-10 607 468,09 €	398 515 308,98 €

19 — Benefícios dos empregados

Não Aplicável.

20 — Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo da entidade consolidante nas participadas incluídas na consolidação e as transações entre ambas.



Entidades controladas

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação		% Controlo		Controlo Final
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	Direto	Indireto		
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%		100,00%	
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal, 6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%		100,00%	
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%		94,00%	



Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação		
		Tipo	Quantia	% no total das transações
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	Entidade Controlada	Fornecimentos e serviços externos prestados à entidade controladora	887 568,76 €	43,20%
		Subsídio concedido pela entidade controladora	206 327,20 €	10,04%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	Entidade Controlada	Subsídio concedido pela entidade controladora	349 386,54 €	17,00%
		Cobertura de Prejuízos	289 891,57 €	14,11%
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	Entidade Controlada	Subsídio concedido pela entidade controladora	321 385,60 €	15,64%
		Fornecimentos e serviços externos prestados pela entidade controladora	214,33 €	0,01%
Total			2 054 774,00 €	100,00%



Pessoas chave da gestão do grupo público

Pessoas chave da gestão da entidade consolidante – Município de Castelo Branco

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Ana Teresa Vaz Ferreira	Vereadora	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Hélder Manuel Guerra Henriques	Vereador	01/01/2023 ----- 31-12-2023
João Manuel Ascensão Belém	Vereador	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Jorge Manuel Carrega Pio	Vereador	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente da Câmara	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Luís Manuel dos Santos Correia	Vereador	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Patrícia Alexandra Santos Carvalheiro Coelho	Vereadora	01/01/2023 ----- 31-12-2023

[Handwritten signature]

Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente Conselho de Administração	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Helder Manuel Guerra Henriques	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Sónia Cristina Cristóvão Mexia	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 ----- 31-12-2023

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – Albigeç – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM, SA.

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Fernando Manuel Raposo	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Helder Manuel Guerra Henriques	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 ----- 31-12-2023

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – CATAA – Associação Centro Tecnológico de Apoio Agro Alimentar de Castelo Branco

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Patricia Margarida Santos Carvalheiro Coelho	Vogal	01/01/2023 ----- 31-12-2023
António Tavares Carmona Mendes	Vogal	01/01/2023 ----- 31-12-2023

[Vertical column of handwritten signatures and initials]

21 — Relatório por segmentos

Não aplicável.

22 — Interesses em outras entidades

As entidades em que o Município detém interesse são as constantes da nota 18.

23 – Outras divulgações

Gastos e perdas consolidados

Conta	Gastos	2023		2022		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
60	Transferências e subsídios concedidos	8 896 873,63 €	12,32%	7 903 471,12 €	11,52%	-993 402,51 €	-11,17%
61	Custos Mercadorias Vendidas e Das Matérias Consumidas	3 903 281,69 €	5,41%	3 839 559,13 €	5,60%	-63 722,56 €	-1,63%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	20 254 142,88 €	28,06%	20 582 740,96 €	30,00%	328 598,08 €	1,62%
63	Gastos com Pessoal	16 456 159,24 €	22,80%	14 070 354,06 €	20,50%	-2 385 805,18 €	-14,50%
64	Gastos de depreciação e de amortização	18 386 183,50 €	25,47%	18 714 911,08 €	27,27%	328 727,58 €	1,79%
65	Perdas por Imparidades	0,00 €	0,00%	214 207,47 €	0,31%	214 207,47 €	0,00%
67	Provisões do período	2 712 523,70 €	3,76%	1 868 629,19 €	2,72%	-843 894,51 €	-31,11%
68	Outros gastos	1 532 917,75 €	2,12%	1 398 968,36 €	2,04%	-133 949,39 €	-8,74%
69	Juros e gastos similares suportado	44 958,22 €	0,06%	27 367,49 €	0,04%	-17 590,73 €	-39,13%
Total		72 187 040,61 €	100%	68 620 208,86 €	100%	-3 566 831,75 €	-4,94%

Rendimentos e ganhos consolidados

Conta	Rendimentos	2023		2022		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
70	Impostos, contribuições e taxas	11 723 974,37 €	17,88%	11 602 757,20 €	18,36%	-121 217,17 €	-1,03%
71	Vendas	2 875 067,06 €	4,38%	2 749 270,80 €	4,35%	-125 796,26 €	-4,38%
72	Prestações de serviços e concessões	11 500 973,45 €	17,54%	11 616 636,42 €	18,39%	115 662,97 €	1,01%
73	Variações nos Inventários de produção	106 028,83 €	0,16%	0,00 €	0,00%	-106 028,83 €	-100,00%
74	Trabalhos para a própria entidade	72 627,80 €	0,11%	102 233,20 €	0,16%	29 605,40 €	40,76%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	24 868 156,09 €	37,92%	23 203 751,93 €	36,73%	-1 664 404,16 €	-6,69%
76	Reversões	116 457,87 €	0,18%	29 703,23 €	0,05%	-86 754,64 €	-74,49%
78	Outros rendimentos	13 188 712,98 €	20,11%	13 721 870,12 €	21,72%	533 157,14 €	4,04%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 116 694,86 €	1,70%	151 188,09 €	0,24%	-965 506,77 €	-86,46%
812	Imposto sobre o rendimento do período	4 365,68 €	0,01%	2 505,23 €	0,00%	-1 860,45 €	-42,62%
Total dos rendimentos		65 573 058,99 €	100,00%	63 179 916,22 €	100,00%	-2 393 142,77 €	-3,65%

Fornecimentos e serviços externos consolidados

Conta	Fornecimentos e serviços externos	2023		2022		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
621	Subcontratos	5 293 796,76 €	26,14%	4 970 467,58 €	24,15%	-323 329,18 €	-6,11%
622	Serviços especializados	5 417 091,57 €	26,75%	4 597 267,18 €	22,34%	-819 824,39 €	-15,13%
623	Materiais	580 771,60 €	2,87%	422 467,06 €	2,05%	-158 304,54 €	-27,26%
624	Energia e fluidos	4 176 863,02 €	20,62%	6 033 357,42 €	29,31%	1 856 494,40 €	44,45%
625	Deslocações, estadas e transportes	375 153,16 €	1,85%	238 990,94 €	1,16%	-136 162,22 €	-36,30%
626	Serviços diversos	4 410 466,77 €	21,78%	4 320 190,78 €	20,99%	-90 275,99 €	-2,05%
Total		20 254 142,88 €	100,00%	20 582 740,96 €	100,00%	328 598,08 €	1,62%

Gastos com o pessoal consolidados

Conta	Gastos com o Pessoal	2023		2022		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	274 664,52 €	1,67%	268 534,07 €	1,91%	-6 130,45 €	-2,23%
631	Remunerações dos órgãosw sociais e de gestão	71 724,13 €	0,44%	71 411,79 €	0,51%	-312,34 €	-0,44%
632	Remunerações do pessoal	12 544 018,03 €	76,23%	10 663 224,35 €	75,79%	-1 880 793,68 €	-14,99%
633	Benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
634	Indemnizações	42 655,06 €	0,26%	0,00 €	0,00%	-42 655,06 €	0,00%
635	Encargos sobre remunerações	2 732 098,60 €	16,60%	2 354 419,93 €	16,73%	-377 678,67 €	-13,82%
636	Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	216 166,82 €	1,31%	204 960,65 €	1,46%	-11 206,17 €	-5,18%
637	Gastos de ação social	660,00 €	0,00%	1 860,00 €	0,01%	1 200,00 €	181,82%
638	Outros gastos com pessoal	270 644,21 €	1,64%	231 728,79 €	1,65%	-38 915,42 €	-14,38%
639	Outros encargos sociais	303 527,87 €	1,84%	274 214,48 €	1,95%	-29 313,39 €	-9,66%
Total		16 456 159,24 €	100,00%	14 070 354,06 €	100,00%	-2 385 805,18 €	-14,50%